

## Editorial

# Conquista da classe

Há dois anos, quando mais de 3 mil corretores de imóveis compareceram à cerimônia de posse desta diretoria no Palácio das Convenções do Anhembi, numa noite que entrou para a história da classe, começava a se esboçar o novo perfil de um grupo de profissionais que tem responsabilidades históricas para com a sociedade brasileira. Bandeirantes dos espaços urbanos e rurais nos quais se construiu um País que tem a 8ª economia do mundo, os corretores deram, na festa do Anhembi, uma demonstração de força e unidade que permitiu aos representantes da categoria, quase de forma imediata, fazer-se ouvir pelas autoridades.

Pela primeira vez na história, os corretores de imóveis puderam debater, em uma comissão de alto nível escolhida pelo governo, soluções para o grave problema habitacional do País. Isso aconteceu em meados de 1985, quando lavrava a crise no Sistema Financeiro da Habitação (SFH)/Banco Nacional da Habitação (BNH). A classe foi brilhantemente representada por Aref Assreuy, presidente do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis (Cofeci), e Aníbal Paes de Barros Neto, nosso conselheiro. Ambos defenderam com entusiasmo e abnegação a tese da caderneta de poupança habitacional vinculada, proposta pelos corretores paulistas, e plantaram assim as sementes, regadas por nós cotidianamente, que acabaram por dar frutos agora. No último dia 19, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a criação da caderneta, acolhendo proposta que lhe foi encaminhada pelo ministro Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, praticamente sem nada modificar em relação à proposta original dos corretores.

Na verdade, a caderneta deveria ter vindo à luz ainda no final do segundo semestre do ano passado. Dois projetos, muito parecidos, chegaram a ser preparados, pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano e pelo extinto BNH, mas acabaram sendo engavetados, sob o argumento de que necessitavam estudos mais detalhados, pela área financeira do governo. Agora, enfim, por força desses estudos ou de modificações no jogo de



poderes intramuros, a caderneta habitacional nasce para, na forma de depósitos mensais durante 36 meses contínuos, com remuneração equivalente à caderneta convencional, formar uma considerável massa de recursos com destinação exclusiva ao financiamento habitacional. Mais significativo ainda — ela abre a porta para os financiamentos aos imóveis usados, eternos discriminados nas políticas oficiais, uma vez que o poupador terá no sistema da caderneta habitacional o direito assegurado de escolher livremente o que deseja comprar.

Só com o tempo vai se compreender plenamente o alcance da contribuição que a classe dos corretores de imóveis deu à sociedade ao insistir, e vencer, na luta pela criação da caderneta habitacional vinculada à compra da casa própria. Mas, desde já, todo corretor, ao encontrar um cliente, pode estufar o peito e dizer que ajudou a resolver o problema habitacional, assim como está ajudando permanentemente a sociedade, através do trabalho de seu órgão de classe, a entender melhor o comportamento do nosso mercado quando pesquisa os preços dos imóveis usados, publica informações detalhadas e objetivas no espaço semanal gratuito que nos ofereceu o jornal "O Estado de S. Paulo" e promove uma campanha de esclarecimentos sobre as vantagens do imóvel enquanto meio de

investimento, calcada no slogan "tijolo, moeda forte".

Não se pode, porém, dormir sobre os louros da vitória. É nossa obrigação agora informar a população e lutar para que todos se empenhem na implantação efetiva, e imediata, da caderneta de poupança habitacional vinculada.

Nosso futuro, neste caso, estará garantido porque ela vai permitir que estejam disponíveis, a cada mês, milhares de cartas de crédito para financiamento de imóveis usados e novos. E aqui uma conta muito simples mostra a importância da caderneta para nossa atividade se entrarem, por exemplo, 10 mil cartas num determinado mês, 5 mil delas irão destinar-se aos imóveis usados e detonar outras 25 mil operações de compra e venda pois se sabe que cada venda de um imóvel usado gera no mínimo 6 outros negócios. A caderneta assegura ainda a vantagem de possibilitar a compatibilização futura entre oferta e demanda, com o planejamento ordenado e racional da produção de habitações, que, por pressupor grande volume, viabiliza a construção a preços mais reduzidos e em menor tempo.

Todos os corretores de imóveis, que são pais desta idéia, têm esse compromisso de luta pelo sucesso da caderneta habitacional, esclarecendo o público sobre suas vantagens e cobrando das autoridades sua operacionalização urgente. Mas, como dissemos, há uma outra luta, ainda mais imediata — a conquista do financiamento para os imóveis usados agora, já, e não apenas quando as cadernetas, daqui a 36 meses, estiverem maduras.

Para isso, é fundamental persistir na busca da unidade permanente da classe em torno de programas, propostas e idéias que nos façam vitoriosos também nessa reivindicação, que não é apenas nossa mas de praticamente toda a sociedade como demonstram, por exemplo, os depoimentos de alguns dos principais jornalistas do País publicados nesta edição.

Unidos, somos mais fortes.

## Tribuna do Corretor

### União contra "picaretas"

Prezado Companheiro:

Inicialmente gostaríamos de cumprimentá-lo pela luta que vem travando com o objetivo de dignificar ainda mais a nossa classe. Há momentos em que a "picaretagem" nos tira até o ânimo para o trabalho. Mas vamos em frente!

Recebemos a correspondência dessa presidência, no intuito de mostrar que o imóvel "é o melhor negócio" e, por coincidência, nossa imobiliária está desenvolvendo desde o início do corrente mês uma campanha publicitária da qual enviamos uma cópia a Vv. S, na 1ª página do jornal com o título "Aplicação em Imóveis. Investimento sem Risco. Pense nisso!" Os nossos objetivos neste momento são dois: a garantia e a certeza do retorno. Outro ponto que gostaríamos de citar: Opções.

Sabemos que a atual fase não é nada fácil e que precisamos lutar por dias melhores, mas sabemos também que a fase de 1986, quando todo mundo foi "corretor", é super-problemática, principalmente para empresas como a nossa que somente trabalha com "EXCLUSIVIDADE", no mínimo de 20 dias. Isto porque a nossa profissão não tinha valor algum, já que a demanda era grande, nossas avaliações e profissionalismo de nada valiam. A OPÇÃO ou EXCLUSIVIDADE, é um direito nosso, nossa profissão é honesta, não somos palhaços de ninguém. E este é o grande momento.

Se toda a classe se unir e somente aceitar imóveis para venda com opção, o cliente/vendedor terá que escolher um colega de mercado, ou então entregar aos "picaretas das esquinas das pedras" e logo em seguida

"queimar" o seu imóvel. Ao Creci ficaria a função de verificar se os companheiros estão correspondendo. O corretor de imóveis, o médico, o dentista, o advogado, o securitário são profissionais de confiança. Nós temos que nos unir ou os "picaretas" continuarão a nos desmoralizar.

O Creci precisa de gente com o seu dinamismo. Continue assim e conte conosco!

Marcos Antonio G. Palácio  
Imobiliário Cerávolo S/C  
Presidente Prudente - SP

Mais cartas  
na página 23.



CRECI - 2ª REGIÃO

MINISTÉRIO DO TRABALHO  
CONSELHO REGIONAL DE  
CORRETORES DE IMÓVEIS  
CRECI - 2ª REGIÃO  
DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Roberto Capuano  
1º Vice-Presidente: Odil Baur de Sá  
2º Vice-Presidente: Modesto de Carvalho Pereira

Diretor 1º Secretário: Alcyr Ract de Camargo  
Diretor 1º Tesoureiro: Clóvis Cesar da Rocha  
Diretor 2º Tesoureiro: Ernesto Lopes

CONSELHEIROS EFETIVOS  
Alcyr Ract de Camargo — Aldo Furlani — Amaury de Souza — Antonio Benedito Ferreira Filho — Antonio Domene Sobrinho — Antonio Simas — Carlos Brancante — Cloberto de Azevedo Rezende — Clóvis Cesar da Rocha — Duilio Pinto Novaes Filho — Ernesto Lopes — Gelson Hallal — Gilberto Augusto Amorim Nascimento — Haroldo de Paula — Huagih Bacos — Joaquim Antonio Mendonça Ribeiro — José Carlito de Oliveira — Lúcio Fernandes Monteiro da Cruz — Modesto de Carvalho Pereira — Odil Baur de Sá — Pedro Mariano Wendel — Possidônio José de Freitas — Roberto Capuano — Roberto Rodov — Rubens Coelho — Waldyr Francisco Luciano.

SUB-REGIONAIS

ABCD — Delegado — José da Fonseca — Av. José Caballero, 261 — 3º and. cj.31 — Santo André-SP — Cep. 09000 — Tel.: (011) 454.8764 — Telex (11)44564.

Araçatuba — Delegado — Valmi José da Silva — Rua Prudente de Moraes, 8 — 7º and. cj. 701/3 — Araçatuba-SP — Cep. 16100 — Tel.: (0186) 23.4781 — Telex (17) 3765.

Araraquara — Delegado — Hugo Albarello — Av. São Paulo, 494 — 1º and. cjs. 7 a 10 — Araraquara-SP — Cep. 14800 — Tel.: (0162) 22.3977 — Telex (16) 5087.

Bauru — Delegado — Milton Sillies de Freitas — Pça das Cerejeiras, 338 — Bauru-SP — Cep. 17040 — Tel.: (0142) 22.6077 — Telex (14) 2169.

Campinas — Delegado — Sinval Roberto Dorigon — Rua Regente Feijó, 1251 — 3º and. cj.301 — Campinas-SP — Cep. 13100 — Tel.: (0192) 24307 — Telex (19) 2589.

Marília — Delegado — Luiz Carlos da Silveira Barbosa — Rua Nove de Julho, 1156 - 2º and. cj. 28 - Marília-SP — Cep. 17500 — Tel.: (0144) 33-7498 - Telex (14) 4090.

Piracicaba — Delegado — Orivaldo Maria Tegen — Rua 15 de Novembro, 944 - 10º and. s/104 - Piracicaba-SP — Cep. 13400 — Tel.: (0194) 33-5932 - Telex (19) 1576.

Presidente Prudente — Delegado — Alfredo de Almeida Martins — Rua Rui Barbosa, 382 - 1º and. cj. 03 - Presidente Prudente-SP — Cep. 19100 — Tel.: (0182) 33-3488 - Telex (18) 2122.

Ribeirão Preto — Delegado — Walter Alves de Oliveira — Rua Prudente de Moraes, 833 - Ribeirão Preto-SP — Cep. 14015 — Tel.: (016) 636-7892 - Telex (16) 5037.

Santos — Delegado — Paulo Prado Caldeira — Av. Afonso Pena, 168 - conj. 11-A - Santos-SP — Cep. 11025 — Tel.: (0132) 32-7150 - Telex (13) 1367.

São José do Rio Preto — Delegado — Gelson Hallal — Rua Antonio de Godoy, 3170 - São José do Rio Preto-SP — Cep. 15100 — Tel.: (0172) 32-0998 - Telex (17) 3719.

São José dos Campos — Delegado — Possidônio José de Freitas — Rua Luiz Jacinto, 223 - Centro - São José dos Campos-SP — Cep. 12200 — Tel.: (0123) 21-0536 - Telex (123) 3474.

Sorocaba — Delegado — Nilton Benes-tante — Rua São Bento, 32 8º and. cj. 83 — Sorocaba-SP — Cep. 18100 — Tel. (0152) 33-6023 — Telex (15) 2274.

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO

Alcyr Ract de Camargo, Aníbal Paes de Barros Neto, Carlos Alberto Siqueira, Carlos Brancante, Clóvis Cesar Rocha, Duilio Pinto Novaes Filho, Elídio Eugênio Mônaco, Gilberto Augusto Amorim Nascimento, José Ednézio de Paula, Lúcio Fernandes Monteiro da Cruz, Modesto de Carvalho Pereira, Newton Bicudo de Sá, Paulo Afonso Garcia Costa, Roberto Capuano (coordenador), Rubens Coelho, Tuiyasi Kuwabara, Waldyr Francisco Luciano, Wellington Nogueira Santos, Wildon de Hollanda Maja e Walter Arhens.

CRECI - 2ª REGIÃO — Sede Própria — Rua Pamplona, 1200 — Tel.: 251-2255 — Cep. 01405 — São Paulo — Telex (011) 3763 — Telex Jurídico (011) 38537.

CRECI Informativo  
Produção e Redação — Jorge Zappia (Editor) — Mtb 12066 — SJESP 6578, Cleide Costa (Repórter), Eliana de Souza (Repórter), Arlete Mendes (Repórter).

Fotografia: Ambrosina da Silva  
Diagramação: Francisco Watson

